

## **Eixo 1 - Educação, culturas e realidade social**

Inclusão social e deficiência: a educação sexual para pessoas com deficiência intelectual

Ana Cláudia Bortolozzi Maia

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MAIA, ACB. Inclusão social e deficiência: a educação sexual para pessoas com deficiência intelectual. In: DAVID, CM., *et al.*, orgs. *Desafios contemporâneos da educação* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Desafios contemporâneos collection, pp. 69-83. ISBN 978-85-7983-622-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# Inclusão social e deficiência: a educação sexual para pessoas com deficiência intelectual

Ana Cláudia Bortolozzi Maia<sup>1</sup>

## Deficiência intelectual e sexualidade

Na sociedade inclusiva, o direito de todos ao acesso à educação escolar, preferencialmente em ensino regular, é prerrogativa indiscutível. Assim, hoje, há muitas crianças e adolescentes que frequentam as escolas com diversas deficiências, entre elas a intelectual. A deficiência é uma condição estigmatizante que se refere a uma série de condições que limitam biológica, psicológica ou socialmente a vida de uma pessoa ao longo de seu desenvolvimento; além disso, é marcada como uma “diferença” a partir de um julgamento social de desvantagem social colocado em função de um padrão de “normalidade” (Aranha, 1995; Omote, 1994; Maia, 2006).

Ou seja, não se trata de uma condição estática. Disso decorre que não se pode generalizar a pessoa com deficiência – seus potenciais e limites – com rótulos sem levar em conta o contexto e suas condições econômicas, sociais e educacionais (Maia, 2011). Segundo Siebers (2008), a deficiência deve ser compreendida a

---

1 Apoio Fapesp (Processo n.2011/07400-9). E-mail: aclaudia@fc.unesp.br.

partir dos mecanismos sociais, símbolos e estigmas que pesam na identidade do deficiente e que reforçam os sistemas de exclusão e opressão por meio daqueles que têm uma “diferença” funcional.

Assim, entende-se a deficiência como um fenômeno que está “fora” do sujeito e não intrínseco. Mesmo que se revele num corpo biológico ou em comportamentos atípicos, essa condição se manifesta, e como tal é julgada, nas relações dessa pessoa em sociedade em um dado momento histórico (Aranha, 1995; Omote, 1994). Omote explica:

a deficiência não é algo que emerge com o nascimento de alguém ou com a enfermidade que alguém contrai, mas é produzida e mantida por um grupo social na medida em que interpreta e trata como desvantagens certas diferenças apresentadas por determinadas pessoas. Assim, as deficiências devem, a nosso ver, ser encaradas também como decorrentes dos modelos de funcionamento do próprio grupo social e não apenas como atributos inerentes às pessoas identificadas como deficientes. A deficiência e a não deficiência fazem parte do mesmo quadro. (Omote, 1994, p.68-69)

Atualmente, a deficiência não é uma mera condição pessoal ou defeito individual, mas sim um produto social, construído pelo contexto onde se manifesta (Siebers, 2008; Mitchell; Snyder, 1997; Edwards, 1997). Foi a partir do século XX que o tratamento social em relação às pessoas com deficiência passou de extermínio, repúdio e segregação para o cuidado e a educação e aos poucos as atitudes sociais passaram a ser voltadas à normalização e à integração social (Aranha, 1995).

Atualmente, o movimento de integração deu lugar ao movimento de inclusão social que visa, por princípio, assegurar a cidadania plena e a justiça social a todos; nesse sentido, a diversidade social deveria ser respeitada e todo o sistema social,

inclusive o educacional, teria de acolher e adaptar-se para atender a todas as pessoas (Mader, 1997). Segundo Aranha (2001), a inclusão social baseia-se em um paradigma de suportes que é caracterizado pelo pressuposto de direitos, garantidos por meio de suportes (sociais, econômicos, físicos), visando à efetiva possibilidade de que todas as pessoas tenham acesso ao exercício da cidadania.

Apesar dos avanços representados pelo movimento social inclusivo já há mais de 10 anos, ainda há expressões de preconceito e exclusão quando se trata das pessoas com deficiências que nem sempre têm garantido, como afirma Maia (2006, p.29), as melhores condições para uma vida social saudável digna do exercício pleno da cidadania em relação à educação, ao trabalho e também às relações afetivo-sexuais. Para Anderson (2000) e Heighway e Webster (2008), a sexualidade é uma parte importante da vida de qualquer ser humano. Isso quer dizer que uma parte abrangente e complexa de questões que incluem identidade sexual, funções sexuais do corpo, interações sociais, relacionamentos amorosos ou sexuais, orientação sexual, valores e crenças, saúde sexual etc. e, portanto, pessoas com deficiência têm igualmente sentimentos sexuais, necessidades e experiências como a maioria das pessoas.

Toda pessoa é íntegra em sua sexualidade, a despeito de qualquer limitação ou deficiência (Maia, 2011). Apesar disso, a sexualidade da pessoa com deficiência é um tema pouco abordado em pesquisas, propostas pedagógicas ou processos de reabilitação. Um dos motivos é a falta de formação dos profissionais que não se sentem preparados para essa tarefa. Muitos justificam também que esse tema não seria relevante como outros.

França-Ribeiro (1995) alega que, dentre as dificuldades de implementação da educação sexual para pessoas com deficiência nas instituições escolares, estão os seguintes argumentos: ausência de uma política clara e coletiva na escola em relação à propos-

ta de educação sexual que acaba ocorrendo, às vezes, de modo isolado por algum professor; predomínio de um esquema forte de repressão e controle das manifestações sexuais dos alunos, o que reflete o grande temor e o despreparo dos profissionais diante das manifestações sexuais dos alunos. Dall’Alba (1998) concorda que muitos professores não têm formação nem preparo para essa orientação e completa que abordar a educação sexual da pessoa com deficiência é uma tarefa complexa, na medida em que as questões da sexualidade envolvem conflitos e julgamentos pessoais. Maia explica que ainda há muitos mitos e crenças sociais que alimentam o preconceito social e tornam essa questão algo tão “problemático”:

Na maioria das vezes a complexidade da sexualidade enfrentada pelas pessoas com deficiência decorre do conjunto de diferentes atitudes sociais: preconceito, desinformação, discriminação, inabilidade, falta de orientação sexual adequada, processo deficitário ou inadequado de educação sexual familiar, descrédito na capacidade de deficientes em expressar sentimentos e desejos sexuais, valores e concepções distorcidos. (Maia, 2006, p.34)

Giami e D’Allonnes (1984) observaram que a representação de educadores sobre a sexualidade das pessoas com deficiência era a de uma sexualidade aberrante, “selvagem” e incompleta; para os pais, a representação da sexualidade era “infantil” e “ausente”, pois seriam seus(uas) filhos(as) com deficiência considerados(as) “eternas crianças”.

Esses são os dois grandes mitos sobre a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual: “assexualidade” e “hipersexualidade”, que os colocam numa condição de desigualdade em relação à sexualidade dos demais. Os comportamentos julgados como inadequados e aberrantes, que ocorrem por falta de educação sexual, reforçam a ideia inadequada de uma sexualidade

“exagerada”. Por outro lado, o mito da assexualidade tem como fundamento um olhar da pessoa com deficiência como “infantil”, dependente e imatura, algo que se percebe na vestimenta, no diálogo, nas expectativas, nas cobranças e nas proibições impostas à pessoa com deficiência a despeito da sua idade cronológica. Devido a essas crenças, é comum que os jovens com deficiência intelectual não sejam estimulados a desenvolver a participação na vida social e na satisfação das necessidades afetivas e ou sexuais garantindo atitudes de autonomia e a passagem para a vida adulta (Amor Pan, 2003; Heighway; Webster, 2008; Maia, 2006; Maia; Ribeiro, 2010).

Outros preconceitos sociais são representados em outros mitos: a) todas as pessoas com deficiência intelectual são iguais; b) a deficiência é sempre hereditária; c) as pessoas com deficiência possuem uma sexualidade atípica; d) as pessoas com deficiência não teriam condições de se relacionar amorosa e sexualmente; e) as pessoas com deficiências não são vulneráveis às situações de exploração, violência e/ou abuso sexual (Amor Pan, 2003; Anderson, 2000; Couwenhoven, 2007; Giami, 2004; Heighway; Webster, 2008; Maia, 2006; Maia; Ribeiro, 2010).

A sexualidade das pessoas com deficiências, portanto, não é algo “deficiente” ou “diferente” e muitos problemas que são percebidos decorrem das questões psicossociais e não orgânicas. Muitas atitudes inadequadas são manifestadas pelas pessoas com deficiência devido ao isolamento, à segregação e à ignorância decorrentes de uma educação sexual inadequada recebida de familiares e da comunidade (Maia, 2006). Muitas informações sobre sexo e sexualidade são mal compreendidas, assimiladas de modo deturpado e fragmentado pelas pessoas com deficiência que carecem de orientações específicas, reflexivas e contextualizadas, daí a necessidade de investimento em uma proposta educativa e pedagógica planejada (Amor Pan, 2003; Glat, 1992; Maia, 2010).

## Educação sexual para pessoas com deficiência intelectual

Os princípios e objetivos para propostas de educação sexual para pessoas com deficiência não precisam, necessariamente, ser “diferentes”, mas em muitos casos há a necessidade de utilização de recursos pedagógicos alternativos, dependendo da deficiência (Amor Pan, 2003; Anderson, 2000; França-Ribeiro, 1995; Freitas, 1996; Maia, 2010). A educação sexual deve ser oferecida de maneira contínua e que vá além da preocupação em informar sobre o corpo e os aspectos higiênicos, mas também considerem os aspectos sociais importantes para a aquisição de comportamentos considerados adequados e a redução da vulnerabilidade. Segundo Maia (2006, p.235), os programas de educação sexual

deveriam partir da necessidade dos deficientes (temas de interesse, dúvidas mais frequentes), ter objetivos apropriados e estratégias metodológicas que garantam um aprendizado efetivo. Enfim, deveriam criar um espaço para que as pessoas com deficiência possam entender e refletir, na medida do possível, sobre as informações recebidas e sobre os conhecimentos adquiridos. Melhor dizendo, os objetivos do programa devem ter relação com a vida prática, cotidiana dos deficientes para que ele seja eficaz, garantindo as dimensões preventiva, educativa, prazerosa e humana.

Para Evans e McKinlay (1989), a implementação de programas de educação sexual para pessoas com deficiência deve ser cuidadosamente planejada e voltada às reais necessidades dos educandos, além de se usar recursos adequados e garantir resultados eficazes. França-Ribeiro (1995) lembra que muitos aspectos devem ser considerados antes da realização de programas de educação sexual para pessoas com deficiência em uma institui-

ção escolar: garantir que todos os profissionais envolvidos aceitem a proposta, refletir coletivamente as posturas e os valores pessoais dos educadores envolvidos e dialogar com os familiares dos alunos. Maia (2006) lembra, ainda, que qualquer que seja a proposta deve-se levar em conta o contexto e a realidade dos educadores, educandos e a própria instituição: considerar as condições sociais e econômicas, o tipo e a natureza da deficiência, a idade e as necessidades dos alunos e recursos físicos e humanos disponíveis na instituição.

Em *Sexualidade e deficiência intelectual: questões teóricas e práticas*, Maia (2010) apresenta vários aspectos importantes sobre propostas pedagógicas de atuação em programas de educação sexual, dos quais reiteramos alguns a seguir:

- Toda proposta de educação sexual na instituição escolar precisa fazer parte de um projeto pedagógico mais amplo, ou seja, ser algo acordado e fundamentado pelos dirigentes e agentes escolares.
- Por princípio, a educação sexual para pessoas com deficiência deveria ocorrer porque essas pessoas são reconhecidas como seres sexuados que têm os mesmos direitos das demais pessoas.
- A finalidade da educação sexual para pessoas com deficiência é garantir o acesso à informação, ao esclarecimento, ao aprendizado sobre conceitos de privacidade, a noção sobre o funcionamento do corpo e suas mudanças, a garantir a saúde sexual e reprodutiva, a reconhecer e defender-se de contatos sexuais inapropriados, prevenindo contra situações de violência e abuso sexual e fundamentalmente para que os alunos possam usufruir futuramente da possibilidade de viver relações afetivas e sexuais gratificantes e saudáveis.
- Um processo de educação sexual realizado por educadores deve ser acordado pelos familiares. A família deve ser um “suporte” às atividades que serão realizadas na escola.



Muitas vezes, os familiares necessitam igualmente de ajuda e esclarecimentos, e suas necessidades e expectativas precisam ser reconhecidas. É preciso que a família reconheça a sexualidade de seus membros familiares com deficiência, que saiba ajudá-los a viver esse aspecto, dialogando e respeitando as especificidades e condições pessoais.

- Deve-se “saber ouvir” as crianças e os jovens com deficiência. O que sabem sobre sexualidade? O que necessitam saber? O que desejam para suas vidas atuais e futuras? Que modelos e necessidades possuem? Em que medida fantasiam conceitos e aspectos gerais da sexualidade? Como se comportam sobre expressões sexuais públicas? (masturbação, exibicionismo etc.)? Como apreendem questões sociais sobre corpo, gênero, relacionamentos amorosos e práticas sexuais?
- Por último e não menos importante, é preciso pensar em quem serão os educadores. O educador que vai elaborar e implementar o projeto de educação sexual deve ser um profissional preparado. Não deve ser moralista, assistencialista ou “clínico”. O educador não deve ser invasivo, nem deixar que seu corpo, seus valores ou questões pessoais sejam afetados pela curiosidade dos educandos.

Diante dessas considerações, estabelecem-se metas sobre o planejamento de ensino, elegendo-se conteúdos, objetivos específicos, métodos pedagógicos, recursos necessários e meios de avaliá-los. Relacionamos a seguir algumas sugestões que podem ser aplicadas no trabalho de educação sexual com alunos com deficiência intelectual.

## Dos conteúdos

Couwenhoven (2007), em seu livro *Teaching Children with down Syndrome about their Bodies, Boundaries and Sexuality* –

*A Guide for Parents and Professional* [Ensinando as crianças com Síndrome de Down sobre outros corpos, limites e sexualidade: um guia para pais e profissionais], considera que em programas sobre a saúde sexual para pessoas com deficiência intelectual é preciso garantir o aprendizado sobre: a) *corpo* – funcionamento e nomeação das partes do corpo, cuidados com o corpo, mudanças corporais; b) *privacidade* – regras sociais de privacidade para si e para os outros, distinção entre o que é público e o que é privado, saber pedir e respeitar a privacidade; c) *exploração sexual* – definir o comportamento abusivo, perceber sinais de exploração e violência, saber contar sobre o assédio de outros; d) *habilidades sociais* – identificar e expressar emoções, ser assertivo; e) *relacionamentos* – atratividade sexual, tipos de relacionamentos, responsabilidade envolvida na expressão sexual.

Heighway e Webster (2008), em *S.T.A.R.S.: A Social Skills Training Guide for Teaching Assertiveness, Relationship Skills and Sexual Awareness* [S.T.A.R.S.: um guia de capacitação de habilidades sociais para o treinamento assertivo, as habilidades de relacionamento e da consciência sexual], ressaltam áreas e objetivos importantes de serem abordados: a) *relacionamentos* – com familiares, amigos, cuidadores e estranhos, comportamentos apropriados com esses vínculos; b) *interação social* – discriminar situações e contextos, expressar preferências, construir amizades, engajar e manter relacionamentos afetivos, reconhecer relacionamentos amorosos adultos, responsabilidades sobre a intimidade, a maternidade e paternidade; c) *conhecimento sexual* – autoimagem positiva, identificação de masculino e feminino, identificação das partes do corpo e entender seu funcionamento, entender público e privado, toques apropriados e inadequados, entender mudanças físicas e psicológicas da puberdade, entender sentimentos e comportamentos sexuais e reprodutivos, examinar normas pessoais e sociais e valores sobre sexualidade, aprender sobre DSTs, discutir questões de saúde sexual;

d) *assertividade* – aumentar o empoderamento sobre palavras e ações, reconhecer situações de risco, aprender a dizer não e habilidades de auto proteção, aprender como e a quem pedir ajuda, reportar exploração e abuso sexual.

Lemos e Menin (1999) propõem os seguintes conteúdos: a) *corpo humano* – compreender e conhecer o próprio corpo; abordar as sensações e sentimentos presentes no desenvolvimento; b) *masturbação* – forma de expressão da sexualidade; abordar mitos e preconceitos sobre a sexualidade do deficiente mental garantindo uma convivência social melhor; c) *puberdade* – explicar as transformações físicas de meninos e meninas, ensinar a identificar o período da menstruação, esclarecer as implicações sociais do período fértil e orientar sobre questões de higiene e cuidados com o corpo neste período; d) *vida sexual ativa* – explicar como ocorre a gravidez e a responsabilidade que ela implica, discutir os métodos anticoncepcionais e relatar as doenças sexualmente transmissíveis; e) *relacionamento afetivo* – abordar diferentes formas de relacionamentos e de vínculos afetivos, explicar sobre os tipos de sentimentos e sensações presentes neles, refletir sobre a responsabilidade, os direitos e deveres do casamento e sobre o compromisso assumido perante a sociedade; f) *questões psicossociais* – esclarecer o conceito de virgindade e de atração sexual.

Na proposta de Amor Pan (1993), os seguintes conteúdos seriam importantes: a) *corporeidade* – desenvolvimento físico e sexual, nomes e funções de todas as partes do corpo, aspectos reprodutivos como concepção, gravidez e parto, planejamento familiar e contracepção, Higiene e DSTs); b) *consciência da intimidade* – maturidade psicossocial, sentimentos eróticos, relações sexuais, intimidade, prevenção abuso sexual, comportamentos adequados de expressão dos desejos; c) *exercício sexual* – compreensão de afeto, estima pessoal, valorização do outro, relações

interpessoais, satisfação sexual, compromisso, vínculo amoroso e sexual, relação conjugal, amizade e amor.

Schwier e Hingsburger (2000) sugerem alguns temas específicos, adequando às necessidades e às idades dos alunos, tais como: as diferenças entre meninos e meninas, a discriminação de lugares públicos e privados, a nomeação e a função das partes do corpo, o nascimento de bebês, a menstruação, a poluição noturna, as mudanças do corpo, os modos de reconhecer e dizer não para toques inadequados de outras pessoas, a concepção, o desejo sexual e masturbação, o relacionamento amoroso e sexual, a homossexualidade, as diferenças entre sexo e amor, as leis e as consequências sobre abuso e violência sexual, os métodos contraceptivos, as doenças sexualmente transmissíveis, as responsabilidades de um casamento, a maternidade e a paternidade.

## **Dos recursos pedagógicos**

Os recursos necessários (Maia; Ribeiro, 2009) seriam o uso de figuras, desenhos, atividades com revistas, vídeos, músicas e outros meios audiovisuais; também usar uma linguagem acessível e não excessivamente técnica, porém, com palavras corretas, sem eufemismos e infantilizações (associar as palavras “usuais” com os nomes corretos); utilizar de materiais concretos que ajudem aos alunos com deficiência intelectual na compreensão de conceitos abstratos, como brinquedos pedagógicos que ilustram o corpo humano, bonecos sexuados que apresentam os órgãos sexuais e as características sexuais secundárias.

## **Dos procedimentos didáticos**

O trabalho deve ser pensado em grupo porque isso favorece o diálogo e a reflexão. Mesmo que os jovens tenham níveis cognitivos diferentes, é importante o trabalho com e na diversidade,

de modo que um aluno possa ajudar o outro na aquisição do conteúdo e na participação nas atividades propostas.

As informações básicas sobre sexo e sexualidade devem ser oferecidas de modo contínuo ao longo da vida, preparando a pessoa, desde a infância, para o desenvolvimento sexual adulto. Essas informações precisam ser oferecidas como instruções individuais, de modo repetitivo, simples e baseadas em exemplos concretos e generalizados ao ambiente natural. Pode-se usar situações diárias, por meio de dramatização, e é importante trabalhar com grupos pequenos de alunos (Couwenhoven, 2007; Maia, 2010).

Todas as atividades propostas devem ser planejadas previamente com objetivos precisos, organização e uma avaliação final. Pensar em algum modo de avaliar a retenção do conhecimento e a generalização do aprendizado em situações cotidianas é importante para rever estratégias e planejar outros encontros (Maia, 2010).

## **Considerações finais**

Para garantir o direito ao exercício pleno de cidadania, é fundamental reconhecer que todo ser humano é dotado de sexualidade. Isso quer dizer que a educação sexual deve atender todo alunado, pois as pessoas com deficiência também têm a dimensão sexual como parte de sua integridade.

Princípios e objetivos comuns devem abranger toda proposta de educação sexual e, em casos específicos, a utilização de recursos pedagógicos pode auxiliar em ações que complementem as finalidades éticas e eficazes na promoção da saúde sexual e reprodutiva e na discussão de psicossociais que são inerentes à expressão sexual humana. Conteúdos relevantes, recursos e procedimentos sugeridos neste texto podem estimular educadores e familiares a assumirem a tarefa de oferecer esclarecimentos

e orientações sobre sexualidade para as pessoas com deficiência intelectual, colaborando na diminuição de sentimentos de inadequação e sofrimento e no aumento da possibilidade de obtenção de satisfação afetiva e sexual, se assim for desejável.

Pessoas com deficiência que possam expressar, como as demais, sua sexualidade e que estejam cada vez mais inseridas na sociedade representam um modo de dar visibilidade ao fato de que são íntegras em sua sexualidade, a despeito de qualquer limitação cognitiva, esclarecendo equívocos que só alimentam o preconceito social ainda vigente.

Tendo como base o movimento da inclusão social e a defesa da educação sexual nas instituições escolares, espera-se que as pessoas com deficiência intelectual possam participar de programas de educação sexual que proporcionem condições de acesso a informações reflexivas sobre sexualidade, almejando que possam ser menos vulneráveis e que usufruam o direito ao exercício da sexualidade com prazer e responsabilidade.

## Referências bibliográficas

- AMOR PAN, J. R. *Afetividade e sexualidade na pessoa portadora de deficiência mental*. Trad. Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2003. 446p.
- ANDERSON, O. H. *Doing what Comes Naturally?: Dispelling Myths and Fallacies about Sexuality and People with Developmental Disabilities*. Illinois: High Tide Press, 2000.
- ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. *Temas em Psicologia*, São Paulo, n.2, 1995, p.63-70.
- \_\_\_\_\_. Paradigmas da relação entre a sociedade e as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília, ano 11, n.21, 2001, p.160-173.
- COUWENHOVEN, T. *Teaching Children with Down Syndrome about their Bodies, Boundaries and Sexuality: A Guide for Parents and Professionals*. Bethesda: Woodbine House, 2007.

- DALL'ALBA, L. Educação sexual da pessoa caracterizada como deficiente mental: construção da autonomia. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Orgs.). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania*. Campinas: Papyrus, 1998, p.181-223. (Série Educação Especial)
- EDWARDS, M. L. Constructions of Physical disability in the ancient greek world- the community concept. In: MITCHELL, D.T.; SNYDER, S. L. (Eds.). *The Body and Physical Difference: discourses of disability*. Michigan, USA: University of Michigan, 1997. p.35-50
- EVANS, A. L.; MCKINLAY, I. A. Sex Education and the Severely Mentally Retarded Child. *Developmental Medicine and Child Neurology*, London, n.31, 1989, p.8-107.
- FRANÇA-RIBEIRO, H. C. F. *Orientação sexual e deficiência mental: estudos acerca da implementação de uma programação*. 1995. 406f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- FREITAS, M. R. *Concepção de profissionais sobre a importância de uma proposta de educação sexual para deficientes mentais*. 1996. 111f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.
- GIAMI, A.; D'ALLONNES, C. R. O anjo e a fera: as representações da sexualidade dos deficientes mentais pelos pais e educadores. In: D'AVILLA NETO, M. I. *A negação da deficiência: a instituição da diversidade*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socii, 1984. p.29-41.
- GLAT, R. A sexualidade da pessoa com deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.1, n.1, 1992, p.65-74.
- HEIGHWAY, S.M.; WEBSTER, S.K. *S.T.A.R.S.: A Social Skills Training Guide for Teaching Assertiveness, Relationship Skills and Sexual Awareness*. Arlington, Texas: Future Horizons, 2008. 189p.
- LEMO, A. M. V.; MENIN, M. S. S. Educação sexual do deficiente mental: subsídios para elaboração de um programa educativo para pais e professores. In: MANZINI, E. J.; BRANCATTI (Orgs.). *Educação especial e estigma: corporeidade, sexualidade e expressão artística*. Marília: Editora Unesp, 1999. p.167-182
- MADER, G. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. In: MANTOAN, M. T. E. *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon, 1997. p.18-23.
- MAIA, A. C. B. *Inclusão e sexualidade na voz de pessoas com deficiência física*. Curitiba: Juruá, 2011. 186p.

- MAIA, A. C. B. Sexualidade e deficiência intelectual: questões teóricas e práticas. In: CAPELINNI, V. L.; RODRIGUES, O. M. R. (Orgs.). *Práticas pedagógicas inclusivas: da criatividade às valorizações das diferenças*. Bauru: FC/MEC, 2010. p.11-38. (Coleção Formação de professores na perspectiva da educação inclusiva, v.V).
- \_\_\_\_\_. *Sexualidade e deficiências*. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 291p.
- \_\_\_\_\_; RIBEIRO, P. R. M. *Orientação e Síndrome de Down: esclarecimentos para educadores*. Bauru: Joarte Gráfica e Editora Unesp-FC, 2009. (Cartilha Informativa)
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.16 (2), 159-176, 2010.
- MITCHELL, D. T.; SNYDER, S. L. Introduction: disability studies and the double bind of representation. In: MITCHELL, D. T.; SNYDER, S. L. (Eds.). *The Body and Physical Difference – discourses of disability*. Michigan, USA: University of Michigan, 1997. p.1-31.
- OMOTE, S. Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.1, n.2, 1994, p.65-73.
- SCHWIER, K. M.; HINGSBURGER, D. *Sexuality: Your Sons and Daughters with Intellectual Disabilities*. 3.ed. Baltimore, Maryland: Paul H. Brookes Publishing Co., 2007.
- SIEBERS, T. *Disability Theory*. Michigan, USA: University of Michigan, 2008.